



Além de uma simples onda: Recepção, Cidadania e rádio-poste no Quilombo Barra de Aroeira¹

Luciene de Oliveira Dias²
Universidade de Brasília, UnB
Universidade Federal de Goiás, UFG

Resumo

A chegada da rádio-poste em Barra de Aroeira, grupo quilombola reconhecido pela Fundação Cultural Palmares em 2006, é o pivô das discussões apresentadas aqui sobre recepção, alteridades históricas e exercício da cidadania. A partir de trabalho de campo etnográfico, identificamos que este quilombolas da região do Jalapão, estado do Tocantins, exercitam a ressignificação da rádio-poste amparados por uma história de luta e resistência de cerca de 145 anos. Dessa forma, distanciam-se intencionalmente da proposta que os distanciou no momento inicial, assumem com força a relevância e necessidade do projeto, mas atuam para ressignificar o que lhes foi ofertado. Propomos assim, compreender este processo com base nos estudos de recepção e na busca por não unificar alteridades construídas historicamente.

Palavras-Chave: Identidades Culturais; Comunicação Popular; Interculturalidade; Estudos de Recepção.

Introdução

Uma das principais contribuições para as reflexões aqui apresentadas sobre grupos sociais em ação é a compreensão de Geertz (1989) para cultura como uma teia de significados suspensa pelos próprios seres humanos que a teceram. Localizar cultura como semiótica representa, para nós, aceitar a hipótese de que somente podemos acessá-la a partir do comportamento e para compreender suas manifestações é fundamental o domínio dos mesmos códigos ou significados apresentados pelos interlocutores. Como defende Cremilda Medina (2000), a dialogia somente é possível se alcançamos esta interlocução que extrapola o simples ato de entrevistar, ou seja, vai muito além da ação de fazer uma pergunta, aguardar uma resposta e encadear outra pergunta. Dessa forma, partimos do fato de que comunicação significa necessariamente “compartilhar

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação para a Cidadania do IX Encontro de Grupos/Divisão Temática Comunicação, Espaço e Cidadania, evento componente do XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutoranda em Antropologia Social da Universidade de Brasília – UnB. Professora da Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia - FACOMB da Universidade Federal de Goiás - UFG. Mestre em Ciências do Ambiente. Jornalista graduada pela Universidade Federal de Goiás – UFG. email: ludias@unb.br.



elementos de comportamento ou modos de vida” (Cherry, 1974). Este compartilhar deve ser lido em sua plenitude sob o risco de darmos suprema força ao domínio técnico e esvaziarmos de energia o necessário compromisso ético que nos guia em todo processo comunicacional.

A comunicação humana apresenta fluxos que podem ser interpretados no processo de busca pela compreensão de produção e reprodução do grupo local enquanto grupo, de mediação e também de hibridização cultural. Sendo assim, propomos no presente trabalho analisar, da perspectiva local, a recepção do projeto de instalação de rádio-poste na sede do grupo quilombola Barra de Aroeira, em Santa Tereza do Tocantins, região conhecida como Jalapão. A rádio-poste foi instalada por representantes da Universidade Federal do Tocantins – UFT, como uma das ações do Projeto Gestão da Comunicação para o Desenvolvimento do Artesanato e da Tecnologia em Barra de Aroeira, e chegou à localidade no dia 8 de dezembro de 2008 já com a aparelhagem que consiste em uma mesa de transmissão e 12 caixas de som que foram anexadas em postes localizados em pontos estratégicos. Este processo de instalação durou dois dias, sendo que a rádio-poste é somente uma das atuações do projeto.

Para a presente abordagem adotamos como metodologia central da pesquisa empírica a etnografia, sendo que este trabalho surgiu como necessário a partir de pesquisa de doutoramento em Antropologia Social na Universidade de Brasília sobre identidades e pertencimentos em Barra de Aroeira. De acordo com o antropólogo James Clifford (1988), um dos aspectos mais fortes da etnografia clássica é o pressuposto de que a autoridade do etnógrafo está no estilo textual da etnografia. Num exercício para tentar reduzir essa autoridade e garantir maior força ao local, trazemos falas dos moradores de Barra de Aroeira acionados para este trabalho textual entre 12 de dezembro e 18 de março de 2009. Dessa forma acreditamos que, mesmo privilegiando a voz da antrópologa, este texto faz um esforço para não anular as outras vozes que estão presentes no mesmo texto, embora reconheçamos que o recorte é sempre o nosso.

Essa prática discursiva clássica tenderia a não considerar o conhecimento etnográfico como resultado de situações de encontro de subjetividades concretas que interagem em condições sobre-determinadas de contato e de negociação de sentido. Ou seja, o texto etnográfico, ao privilegiar a voz do antropólogo, tenderia a anular as outras vozes que o compõem e que somente em alguns trechos podem ser ouvidas em forma de citação ou de representação do diálogo assinada pelo autor. Os contatos entre subjetividades de mundos diferenciados ou divididos internamente por critérios de



organização social seriam, assim, desconsideradas na confecção da "ficção persuasiva" etnográfica (Strathern, 1987, p. 257). Contudo, consideramos essencial fazer aqui a defesa da etnografia enquanto trabalho de campo da Antropologia que pode contribuir para construções em diversas áreas disciplinares.

A Associação Comunitária dos Quilombos de Barra de Aroeira foi acionada e, de pronto, aceitou a iniciativa assumindo o discurso de que a mesma poderia resultar em mais representatividade para membros do grupo local. Não é ponto de análise nesta pesquisa a ação dos representantes da UFT, mas sim a recepção e ressignificação da proposta pelos moradores de Barra de Aroeira. Nosso objetivo é fortalecer as discussões sobre recepção no processo de implementação do que vem sendo chamado de comunicação comunitária. Por esta razão não entraremos em detalhes sobre o projeto na perspectiva da Instituição de Ensino Superior proponente.

Nossa avaliação é a de que as discussões sobre cidadania no Brasil condicionam os elaboradores de políticas públicas a uma ação mecânica na busca por contemplar os convencionais direitos civis, políticos e sociais. Apesar desta busca, há que se dar organicidade ao processo de construção do que Carvalho (2004) chama de “cidadão pleno”. Com esta noção de cidadania, abre-se brecha para o entendimento de que “os que não se beneficiassem de nenhum dos direitos seriam não-cidadãos”. Ora, qual o critério de compreensão de cidadania atribuído a pessoas que vivem em um grupo reconhecido como quilombola, rural embora muito próximo da sede do município - 14 quilômetros -, e que conta com membros acessados constantemente pelos signos do que compreendemos por contemporaneidade? Ampliar esta discussão e perceber o Outro como mera construção interessada e circunstancial é obrigação de todas as pessoas que visam contribuir para a construção de melhores condições de vida social, seja por meio de políticas públicas, ações pontuais ou pesquisas acadêmicas.

Nossa intenção é ainda reforçar que as discussões sobre recepção hoje superam em muito os argumentos de Adorno ou Horkheimer, que apontaram percepções e fizeram escola focados no processo comunicacional como algo semelhante a um esquema bélico. Ou seja, seguindo seus passos, aceitamos que existem pessoas que atiram, ou seja, que pensam e agenciam a comunicação social; e outras que recebem estes torpedos, o público-alvo. Contudo, estudos mais contemporâneos comprovam hoje que meio, mensagem e receptor são também agentes neste processo. Assim surgiram as teorias de Codificação, Decodificação e Recodificação, quebrando com noções nada democráticas de centro e periferia e dando organicidade à perspectiva.



Graças ao que apreendemos como inter-poli-transdisciplinaridade defendidos por Edgar Morin (2001), os estudos atuais de recepção requerem um diálogo com Sociologia, Antropologia, Linguística. O que permeia toda a leitura de Morin é que, por ser intersubjetiva, a compreensão exige “abertura, simpatia e generosidade”. Pensando especialmente na instalação da rádio-poste em Barra de Aroeira, se este é um processo educativo, temos que assumir a condição humana e refletir sobre como se chegar a cidadania em uma época que exige construção de identidades que sejam ao mesmo tempo nacional, continental e planetária, sem ameaçar o local. Assim, a missão do didatismo deve ser encorajar o autodidatismo, no sentido de despertar, provocar e favorecer a autonomia. Isso porque as relações dos grupos sociais com a comunicação são criadas e alimentadas no fazer cotidiano, na construção das teias de significados ou culturas locais e não na apreensão de determinada tecnologia e seu uso para a construção da informação. Assim, o estudo está além do domínio técnico.

Estudos de Recepção

Um bom exercício para a compreensão mais acurada sobre o papel dos meios de comunicação na vida da sociedade contemporânea é pensar a comunicação a partir da recepção. O que significa refletir criticamente sobre a forma como os meios de comunicação atuam no cotidiano dos grupos sociais sem que nos limitemos a análise maniqueísta emissor versus receptor. Caso consigamos superar o desafio de pensar a comunicação a partir da recepção, poderemos desconstruir este discurso maniqueísta e buscar compreender o processo comunicacional como fundamentalmente interação social em todas as suas fases.

Para marcar o nosso local de falta com relação aos estudos de recepção dos meios de comunicação na América Latina, associados a temáticas populares desde o início de 1980, fazemos aqui referência especial a Martín-Barbero. A partir desta leitura, compreendemos que os estudos de recepção estão intimamente ligados a um corpo de trabalhos e reflexões denominados estudos culturais latino-americanos, profundamente preocupado em fazer coadunar teoria, prática e política.

Os estudos de recepção latino-americanos, focados na pesquisa empírica da audiência, buscam alcançar um enfoque que considere muito mais o contexto e menos as análises sustentadas estritamente pelo texto. As pesquisas em comunicação na



América Latina entre os anos de 1970 e parte dos anos de 1980 foram marcadas por uma concepção reprodutivista de cultura.

A cultura era basicamente ideologia. Nesse caso, não existia nenhuma especificidade no âmbito da comunicação. Estudar os processos de comunicação era estudar processos de reprodução. Não existia nenhuma especificidade conceitual nem histórica nos processos de comunicação. (Martín-Barbero, 1995, p. 149)

Com essa perspectiva crítica é que o próprio Martín-Barbero (1987) marca os estudos de recepção latino-americanos como uma vertente definitivamente contextualista. Assim, consideramos que somente um olhar local, focado nas especificidades do grupo local, é que poderá tornar estes estudos relevantes para a implementação de mudanças sociais significativas, com sentidos estruturados no próprio contexto. Somente a partir desta compreensão é que nos defrontamos com um sujeito-receptor capaz de ressignificar as mensagens, identificando negociações e resistências à lógica imposta pelos meios.

No Brasil, em sintonia com as discussões latino-americanas, desde o final dos anos de 1980, com a criação do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação - FNDC, que existe um consenso na compreensão de que é necessário “democratizar a comunicação para democratizar a sociedade”. Argumentamos neste trabalho que democratizar a comunicação passa necessariamente para valorização do contexto em estudo. Foi o advento das novas tecnologias no cenário brasileiro que criou um uníssono quanto às mudanças nas reivindicações, impasses e desafios que se colocam para a própria compreensão de comunicação. A discussão da comunicação no Brasil, para o bem ou para o mal, caminhou para o campo da tecnologia. Dessa forma, democratizar a comunicação se transformou em um quase sinônimo de democratizar a tecnologia da comunicação.

Foram muitas as tentativas de promover a desejada democratização instalando-se equipamentos em lugares tidos como remotos e direcionadas a povos tidos como iletrados. Qualificavam-se técnicos locais, instalavam-se os equipamentos e não se buscava o estudo da recepção, principalmente em médio e longo prazos. Estas iniciativas foram e continuam a ser pensadas por comunicadores/educadores, que fazem a defesa da adoção de estratégias de comunicação somente após um acionamento pelo povo local especificando detalhadamente suas demandas, habilidades e, principalmente, caráter histórico e dinâmico.



A defesa que perpassa o presente texto está em sintonia com o fato de que comunicação popular deve ser entendida como elemento capaz de agregar grupos sociais. Uma força que tem o poder de unir, criar, fortalecer e capacitar membros destes grupos a fiscalizar as ações públicas e privadas. É a partir deste tipo de comunicação que os grupos envolvidos encontram oportunidade para discutir ideias, integrar, conviver e difundir elementos socioculturais, étnicos e históricos, considerando aqui o que Segato (2007) defende como alteridades históricas.

Acreditamos que no processo que envolve a conquista de competência comunicativa, os indivíduos agregam novos elementos à sua visão de mundo, como o entendimento das relações sociais e das estruturas de poder e, a partir daí, fortalecem uma leitura crítica dos meios de comunicação de massa convencionais, tornando-se mais próximos do exercício de cidadania. Extrapolam assim a construção de identidades políticas para dar vazão às alteridades historicamente construídas.

Barra de Aroeira

Para que compreendamos minimamente onde foi instalada a rádio-poste faremos um breve histórico de Barra de Aroeira. O grupo é formado por remanescentes de Félix José Rodrigues, escravo que combateu na Guerra do Paraguai³, e Venância Rodrigues. Originário do sul do Piauí, o casal migrou em 1871 para o então norte do estado de Goiás, hoje Tocantins. Eles tiveram seis filhos e deixaram uma grande descendência, sendo que atualmente vivem na sede do povoado 94 famílias, conforme levantamento da Associação Comunitária dos Quilombos de Barra de Aroeira. Félix José Rodrigues faleceu em 1915 e os moradores afirmam desconhecer a data da morte de Venância Rodrigues.

O nome Barra de Aroeira é explicado pelos moradores porque a área de terras se situa em uma *barra*⁴ formada pelo encontro dos córregos Aroeira e Brejo Grande. Já a grande quantidade de pés de aroeira que existia nas margens dos dois córregos é oferecida como explicação para Aroeira. Trata-se de um tipo de árvore de médio porte, que tem vida longa e que já foi abundante em quase todo o Brasil, sendo que hoje ocupa

³ A Guerra do Paraguai é considerada o maior conflito armado internacional ocorrido no continente americano e se estendeu de dezembro de 1864 a março de 1870. É também chamada Guerra da Tríplice Aliança (*Guerra de la Triple Alianza*) na Argentina e Uruguai e de Grande Guerra, no Paraguai.

⁴Em Geografia, o termo barra designa um banco de sedimentos de origem fluvial ou marítima que se deposita por ação das correntes marítimas junto à foz dos rios ou junto às baías.



lugar relevante na lista da que correm risco de extinção. Sua imponência não é pelo seu porte, mas pela consistência da madeira, considerada a mais resistente do Brasil.

O povoado está localizado no quilômetro 15 da rodovia TO 247, no município de Santa Tereza do Tocantins. Relatos dos moradores são de que a área de terras a que tem direito por ocupação histórica se estendia do rio Caracol ao córrego Funil e dos rios Balsas e Serra Negra aos córregos Brejo dos Padres, Cambaúba e Tamboril, passando ainda pelos riachos Cutilado, Juá e Boa Vista. A alegação do grupo é de que os documentos da doação das terras pelo imperador Dom Pedro II em 1870, após a Guerra do Paraguai, foram queimados em um incêndio acidental na casa onde eram guardados. Mas os limites são frequentemente lembrados pelos mais velhos.

Toda a área, considerando-se esta delimitação original, era de 12 léguas em quadra, o que corresponde a 79.200 hectares, cortada hoje por cidades e não-quilombolas. Contudo, atualmente o grupo ocupa uma área ainda sob domínio do estado do Tocantins, ou seja, apesar da certidão de Auto-Reconhecimento emitida pela Fundação Cultural Palmares em 16 de janeiro de 2006, os moradores não tem o título definitivo da terra, que mede 871 hectares, ou 18 alqueires tocantinenses⁵. O grupo alimenta o discurso do resgate da área total perdida, mas fortalece a defesa de que é fundamental a titulação de pelo menos um percentual mínimo da terra que seja capaz de garantir sobrevivência física, social, econômica e cultural de todos os remanescentes quilombolas da família Rodrigues.

Segundo informações colhidas entre os moradores, até princípios do século 20, o grupo detinha o Decreto Imperial de doação da terra a Félix José Rodrigues e “brigava” com mais propriedade sobre o domínio da área. Fátima Rodrigues sintetiza de que forma teve início tanto a especulação imobiliária, quanto a grilagem de terras dentro do vasto território.

...uns chegavam de bonzinhos, pedindo um lugar pra ficar por poucos dias, e aí ia ficando, uns saíram, vendiam (...) e aí já tava rendendo a família, cada um ia se espalhando e continuou aumentando e invadindo.⁶

O acesso à sede do povoado se dá pela TO 247, com asfalto desde 2008 cortando ao meio a distribuição das casas. Uma linha de ônibus intermunicipal que liga Palmas a Santa Tereza do Tocantins e Lagoa do Tocantins passa dentro do povoado uma vez por

⁵Um alqueire tocantinense corresponde a 4,84 hectares.

⁶Fátima Rodrigues. Barra de Aroeira. Setembro de 2008.



dia. O grupo conta com um único telefone público que nem sempre funciona e uma igreja católica com um padre que celebra missas semanalmente.

A Rádio-Poste

Exatamente para o povo de Barra de Aroeira, que resiste cerca de 145 anos de opressão, é que a rádio-poste se apresentou, desde 8 de dezembro de 2008, como uma alternativa para o fortalecimento das possibilidades de informação eficaz e comunicação local. É pela rádio, conduzida diariamente por um morador de Barra de Aroeira treinado por representantes do projeto, que os moradores têm acesso a notícias urgentes, informes da Associação e, como não poderia faltar, entretenimento musical. A programação foi discutida em reunião com a presidente Andreza Rodrigues, e outros membros da Associação Comunitária dos Quilombos de Barra de Aroeira, sendo que após este primeiro contato, não passou por um repensar que considerasse as expectativas dos compulsoriamente ouvintes moradores locais. A afirmação acima está sustentada pelo fato de que, até o dia 18 de março de 2008, ou seja, mais de três meses após a sua instalação, não havia ocorrido nenhum contato ou reunião para avaliação da proposta em execução. Os relatos dos moradores dão conta de que o estilo, volume e qualidade das músicas não obedecem a uma demanda local ou tampouco a uma imposição externa diretamente pensada. De modo que não são poucos os que expressam a não-participação na proposta.

Depois que eles [representantes da UFT] chegaram com as caixas, o pessoal da Celtins [Companhia de Energia Elétrica do Estado de Tocantins] veio aqui para tirar. Eu disse mesmo: se querem tirar vão falar com o pessoal da UFT porque foi eles que colocaram essas caixas aí.⁷

Para além da não-participação na proposta de horários e programação, identificamos também moradores que não concordam com a proposta de rádio-poste por compreender que ela releva os interesses individuais. Especialmente os moradores mais velhos, que não deixam a sede do povoado durante o dia para o trabalho na roça, ainda a principal fonte de trabalho local, mostraram-se “incomodados” com a chegada da rádio-poste. São relatos que fazem parte do cotidiano e que não colocam em xeque, de acordo com as declarações dos próprios moradores, a importância da rádio-poste.

Isso já tá enchendo porque é o dia inteiro desse jeito. Eu tô grávida, preciso descansar, mas não consigo dormir depois do almoço por

⁷ Andreza Rodrigues. Barra de Aroeira. Março de 2009.

causa da barulheira da rádio. Já falei que não quero essa caixa aqui porque minha casa fica bem em frente ao poste.⁸

Vizinha de porta de Salviana, Álvaro Fernandes, de 69 anos de idade, faz coro à reclamação. Pela sua colocação, é possível identificar a falta de construção dialógica que caminhasse para uma construção coletiva da proposta.

Depois dessa rádio, a gente não tem mais sossego. Eu acho muito importante os aviso, mas essa música o tempo todo é uma coisa que eu não acho certo. A rádio tem que ser pra ajudar a gente e não pra atrapaçar.⁹

Luciene Dias



Álvaro Fernandes faz ressalvas quanto à rádio-poste.

Essas colocações são feitas aqui para que pensemos criticamente a necessidade de não desconstruir alteridades que não são somente coletivas. Daí trazermos Morin (2001) para a discussão das identidades ao mesmo tempo necessariamente nacionais, continentais e planetárias, mas profundamente locais. Quando falamos de Quilombos não podemos pensar em uma massa uniforme e esvaziada de individualidades. Pensar o Outro deve ser, de acordo com a perspectiva defendida aqui, somente uma estratégia epistemológica de estudo e nunca uma compreensão que esvazia este mesmo Outro de individualidades em nome de uma coletividade muitas vezes imposta de fora para dentro. O próprio conceito de Quilombo, compreendido aqui como uma categoria

⁸Salviana Rodrigues da Silva. Barra de Aroeira. Janeiro de 2009.

⁹Álvaro Fernandes. Barra de Aroeira. Fevereiro de 2009.



jurídica (Arruti, 2006), unifica individualidades historicamente construídas. Ao acionar esta categoria no processo de auto-identificação, os quilombolas colocam em evidência esta identidade coletiva, jogando para um segundo plano as identidades individuais, mas nunca abrindo mão desta mesma forma de representação social.

Prova local de que projetos, especialmente os relacionados a comunicação social, não podem ser unilaterais é o fato de a Associação Comunitária dos Quilombos de Barra de Aroeira ter assinado termo de responsabilidade sobre o equipamento, mas eximir-se da defesa junto a Companhia de Energia Elétrica do Tocantins – Celtins, conforme citação da nota 7 do presente trabalho. Quando assumimos um projeto como nosso, a defesa também passa a ser nossa. A avaliação que fazemos do projeto em Barra de Aroeira durante nossa estada em campo é de que a recepção do “produto” expressa sua própria concepção e esta avaliação crítica pode servir de subsídio para a necessidade de se pensar coletivamente projetos sociais por parte dos elaboradores de políticas públicas.

A utilização da rádio-poste para comunicados urgentes, convocações para reuniões da Associação e outras demandas locais é uma grande conquista de acordo com as declarações da maioria dos moradores. Depois da instalação do equipamento, os representantes da Associação não precisam se deslocar de casa em casa para convocar reunião de última hora ou lembrar reuniões agendadas, é possível saber os horários das missas e outros “avisos” de interesse local.

Melhorou muito depois que o pessoal da UFT trouxe essa rádio porque agora se a gente tem uma reunião é só pedir pra avisar lá e rapidinho o pessoal tá todo reunido. Quando tem missa aqui também, o pessoal avisa a hora certinha e todo mundo vai pra igreja.¹⁰

Benzedor respeitado e bisneto do fundador Félix José Rodrigues, também um dos moradores mais velhos do grupo de Barra de Aroeira falou da importância da iniciativa.

Agora ficou muito bom porque a nossa comunidade pode anunciar as notícia que interessa a nós mesmo. Muita gente fala que essa zoeira incomoda muito, mas eu acho que se nós mesmo pensar um jeito de melhorar isso, essa rádio aí fica de muita utilidade..¹¹

Ouvir o que têm a dizer todas essas pessoas pode conduzir assim a uma ressignificação da rádio-poste. Não implica em analisar pelo bem ou pelo mal a iniciativa, mas sim em garantir agência a quem realmente representa o grupo local.

¹⁰Andreza Rodrigues. Barra de Aroeira. Março de 2009.

¹¹Manoel Dias Rodrigues. Barra de Aroeira. Fevereiro de 2009.



Pensar uma proposta de comunicação passa necessariamente pela consideração das especificidades do cotidiano.

Considerações

Chegamos então a uma reflexão que propõe discutir com o grupo local a tecnologia mais adequada e também o conteúdo da programação, mas que deve considerar a dinamicidade e o caráter profundamente processual das propostas. Criar estes canais de diálogo é condição sem o que a efetivação de um projeto de comunicação que atenda aos anseios coletivos locais se torna inviável. A comunicação social voltada para o local somente pode ser concebida com os representantes deste local – que em última instância é quem o vivencia. A tarefa extrapola a apresentar tecnologias e sugerir maneiras de uso. As pessoas que recebem o projeto devem participar ativamente da construção de um modelo, dizer o que, como e quando pretendem o projeto, mas também não ter bloqueado o seu potencial de surpreender-se com o inesperado. Isso porque os processos são necessariamente dinâmicos e não temos o direito, enquanto elaboradores de políticas públicas, de tolher cidadãos e cidadãs – lidos aqui como um dos elementos pensados nos estudos de recepção – da capacidade de aprendizagem e do contato.

Propomos uma atitude de repensar a própria compreensão de comunicação comunitária, uma vez que diversos processos comunicacionais são apreendidos como comunitários. Defendemos que dialógica, comunitária, popular, alternativa ou horizontal é a comunicação que tem o povo como protagonista em todas as suas fases. O seu sentido político está intrinsecamente vinculado à ideia de expressão de segmentos sociais tradicionalmente excluídos mas profundamente mobilizados na busca por suprir interesses políticos, ideológicos e sociais de reprodução do grupo enquanto tal. A busca implementada quando pensamos esta discussão é perceber o fenômeno enquanto construção conjunta e que tem sua eficácia colada e esta junção.

Essencialmente, essa comunicação a partir do social buscava alterar o injusto, alterar o opressor, alterar a inércia histórica que impunha dimensões sufocantes, através de uma vocação libertadora que se nutria por uma multiplicidade de experiências comunicativas. (Festa, 1995, p. 131)

Trata-se, em síntese, da mesma comunicação que representou uma alternativa nos anos de 1970 e 1980 no Brasil e outros países da América Latina, caracterizada



como um processo que “emerge da ação dos grupos populares” (Puntel, 1994, p. 133). Democratizar a comunicação então deve ser algo muito maior do que democratizar os meios de comunicação porque este processo está vinculado ao próprio processo educativo transformador. O que o torna educativo é exatamente seu conteúdo crítico, emancipador e reivindicativo. Se observamos em Barra de Aroeira uma demanda reprimida por criticidade, emancipação e reivindicação no processo de construção e condução da rádio-poste, podemos afirmar que à medida que o povo local assumir a proposta como sua e ressignificar o projeto, este poderá transformar-se de fato em comunicação popular, onde falará mais alto o compromisso histórico local para além do domínio técnico.

A presença cada vez mais intensa de setores populares na mídia convencional também nos leva a refletir sobre o alcance imediato da rádio-poste para um grupo social que passou recentemente, em 2006, por um processo de reconhecimento como quilombola e que ainda não tem a titulação das terras ocupadas. São pessoas que utilizam-se da rádio-poste para convocar uma reunião da Associação, fazer um comunicado local, mas que necessitam de canais regionais e estaduais para posicionar-se frente a um Incra¹², que não os atualiza sobre o processo de titulação das terras. O risco percebido aqui é de os elaboradores do projeto atuarem no sentido de congelar o grupo social no tempo, como se suas demandas fossem de um grupo fechado em sua própria cultura. Nossa presença em campo comprovou exatamente o contrário. São pessoas articuladas com movimentos nacionais, e que levam negociações específicas para mesas ampliadas com a compreensão de que lidam com fóruns diferenciados de interesses.

Pensada por esta perspectiva a proposta da rádio-poste em Barra de Aroeira pode ser compreendida em uma primeira avaliação - no momento desta escrita, a proposta está em funcionamento a apenas seis meses - como comunicação comunitária eficaz no processo de retroalimentação do grupo, mas ainda em fase de construção uma vez que sua instalação não partiu de um anseio local.

Uma grande associação humana só pode ser denominada comunidade quando for formada por pequenas comunidades vivas, por organismos celulares fortes em coexistência sem mediação, que entram em relação direta e vital, uns com os outros, como seus membros o fazem, e que se unem em vista desta associação igualmente de modo direto e vital. (Buber, 1987, p. 56).

¹²Instituto de Colonização e Reforma Agrária. Órgão responsável no Brasil pela titulação das terras dos remanescentes de quilombos.



Assim, há que se considerar que Barra de Aroeira é composta por indivíduos unidos por um interesse de construção de novas formas de sociabilidades que foquem o ser humano como dotado de alteridades históricas e identidades políticas. Esse processo é denominado de “pulsão gregrária” do ser humano por Maffesoli (1997, p. 18), sendo que também outros autores trazem a atuação humana por colocar-se sempre como membro de uma representatividade como estratégia de construção de identidades coletivas, mas profundamente dinâmicas e autônomas.

As pessoas resistem ao processo de individualização e atomização, tendendo a agrupar-se em organizações comunitárias que, ao longo do tempo, geram um sentimento de pertença e, em última análise, em muitos casos, uma identidade cultural, comunal. (Castells, 2000, v. 2, p. 79).

Sabedores que somos de que a rádio-poste não configura rádio comunitária, não podemos fechar os olhos para esta forma muito especial de comunicação que promete agenciar atores locais desde que parta destes mesmos atores a proposta de utilização do sistema como estratégia de democratização da comunicação. Voltados para suas necessidades específicas, os grupos locais não podem ser apreendidos, nas tentativas de implantação de políticas públicas, como grupos fechados e incapazes de apontar o caminho que querem seguir. No caso específico de Barra de Aroeira, a experiência é rica no sentido de nos impulsionar a refletir sobre o tipo de comunicação que defendemos.

O grande desafio então é garantir ações totalmente revestidas do que Geertz define como “local” a despeito do discurso em voga de que é possível construir cidadania a partir da compreensão do que seja cidadania. A discussão profundamente verticalizada sobre a cidadania nos conduz à percepção de que a alternativa que julgávamos até bem pouco tempo eficaz para a melhoria da qualidade de vida da coletividade merece ser repensada enquanto fim. Democracia na busca pela cidadania é na verdade um meio que pode conduzir a melhorias.

Não há indícios de saudosismo em relação à ditadura militar, mas perdeu-se a crença de que a democracia política resolveria com rapidez os problemas da pobreza e da desigualdade. (Carvalho, 2004, p. 219)

A rádio-poste instalada no grupo quilombola Barra de Aroeira nos é profundamente útil, dessa forma, para que ressignifiquemos nós nossos conceitos e busquemos fortalecer a compreensão da dinamicidade ou historicidade de um Outro construído única e exclusivamente como estratégia epistemológica. Pensar o Outro requer engessamentos que não podemos fazer na lida cotidiana de interação social.



Nossa interpretação, considerando aqui a Antropologia Interpretativa de Geertz (1989), é e que o processo de ressignificação da rádio-poste em Barra de Aoreira demanda tempo de contato entre o grupo local e a nova proposta, audiência de pontos de vista divergentes e convergentes e, principalmente, adequação às condições locais cotidianas. Do ponto de vista de pesquisa sobre ressignificação, acreditamos que uma nova avaliação da aplicação da rádio-poste deve ser feita um ano ou dois depois da implantação do projeto para percebermos de que forma o grupo local atua para sua a ressignificação. Propomos, então, nova imersão em campo para avaliação da recepção que, também aqui, expressa o saber local.



Referências

- ARRUTI, José Maurício. **Mocambo: antropologia e história do processo de formação quilombola**. Bauru, SP: Edusc, 2006.
- BUBER, Martin. **Sobre comunidade**. São Paulo: Perspectiva, 1987.
- CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. 2. ed. Tradução: Klauss B. Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 2000. (A era da informação: economia, sociedade e cultura. v. 2)
- CHERRY, Colin. **A comunicação humana**. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 1974.
- CLIFFORD, James. **The predicament of culture**. Harvard University Press, 1988.
- FESTA, Regina; SILVA, Carlos Eduardo Lins da (orgs). **Comunicação popular e alternativa no Brasil**. São Paulo: Paulinas, 1995.
- GEERTZ, Clifford. **Nova luz sobre a antropologia**. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: FTC, 1989.
- MAFFESOLI, Michel. **A transfiguração do político: tribalização do mundo**. Porto Alegre: Sulina, 1997.
- MARTÍN-BARBERO, Jesús . **De los medios a las mediaciones: comunicación, cultura y hegemonía**. Mexico: Gustavo Gilli, 1987.
- MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Pre-textos: conversaciones sobre la comunicación y sus contextos**. Cali: Centro Editorial Universidad del Valle, 1995.
- MEDINA, Cremilda. **Entrevista: O diálogo possível**. São Paulo: Ática, 2000.
- MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. 3. Ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- OROZCO, Guillermo Gómez. **La investigación de la comunicación dentro y fuera de América Latina**. La Plata/Provincia de Buenos Aires: Ediciones de Periodismo y Comunicación Universidad de La Plata, 1997.
- PUTEL, Joana T. **A igreja e a democratização da comunicação**. São Paulo: Paulinas, 1994.
- SEGATO, Rita. **La nación y sus otros: raza etnicidad y diversidad religiosa em tiempos de políticas de la identidad**. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2007.
- STRATHERN, Marilyn. *Out of Context: the persuasive fictions of Anthropology*. In: **Current Anthropology**, 28(3), 1987.